



Anais da Assembléia

98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 76.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1988.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Acyr Messadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delamari, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, Alexandre Ceranto, Gernote Kirinus, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nelson Vasconcellos, Paulo Fariatti e Werner Wandler (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - **Aprovada.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal).

26 Senhores Deputados responderam à chamada. - **Aprovada a Ata.**

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE.

Mensagens:

MENSAGEM N. 105/88

Curitiba, 21 de setembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnico-Econômico-Financeira, celebrado em 08 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná com a participação da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, objetivando estabelecer normas de cooperação técnica, econômica e financeira, para a implantação do Centro de Convenções de Curitiba, definindo o modo pelo qual serão alocados os recursos para o referido projeto.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 106/88

Curitiba, 21 de setembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a constituir uma sociedade de economia mista, na forma do art. 7.^o, inciso III, da Lei n. 8.485, de 03 de junho de 1987, destinada à implantação do Centro de Convenções de Curitiba, bem como a transferir à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, o imóvel

que especifica, para aumento e integralização do capital do Estado na referida empresa, conforme dispõe o art. 10, § 3º, da Lei n. 15.948, de 27 de maio de 1969.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, porque, com a criação de uma sociedade de economia mista para implantação do Centro de Convenções de Curitiba serão ensejadas condições para que esse empreendimento, que é dar maior necessidade não só para Curitiba, mas para todo o Estado, venha a se tornar realidade, proporcionando meios para reuniões e debates sobre assuntos os mais diversificados, justamente em um momento em que a democracia - esse regime político de ampla liberdade de manifestação do pensamento e do pluralismo de idéias - vai se consolidando no país e tornando-se uma prática constante na vida paranaense.

Sobre a criação dessa entidade de economia mista o Estado do Paraná já havia assumido compromissos com a EMBRATUR, através de convênio celebrado em 08 de agosto de 1988, no qual aquela entidade da Administração Federal comprometeu-se, de sua parte, a repassar recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, da ordem de 250.000 OTNs, equivalentes, na data da celebração, a Cr\$ 495.620,000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões e seiscentos e vinte mil cruzados), para subscrição do capital da empresa a ser criada.

Por outro lado, o imóvel situado à Rua Barão do Rio Branco, n. 370, nesta Capital, a ser transferido pelo Estado à PARANATUR como subscrição de seu capital nessa empresa, poderá pela mesma, conforme disposição expressamente contida no anexo anteprojeto de lei, ser utilizada na subscrição e integralização, no todo ou em parte de sua participação acionária na sociedade de economia mista a ser constituída. Como, pela Mensagem Governamental n. 89/88, de 09 de agosto de 1988, já havia sido proposta a essa Augusta Casa de Leis a autorização de transferir o mencionado imóvel à PARANATUR, e tendo em vista que tal medida encontra-se também inserida na proposta ora encaminhada, solicito de Vossa Excelência providência no sentido de que a citada Mensagem n. 89/88 seja restituída a este Poder Executivo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, para a implantação, administração e exploração do Centro de Convenções de Curitiba, de conformidade com o Convênio de Cooperação Técnico-Econômico-Financeira, celebrado com a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, em 08 de agosto de 1988, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a transferir à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, para aumento e integralização de capital, mediante escritura pública, o imóvel sito na Rua Barão do Rio Branco, n. 370, nesta Capital, contendo prédio em alvenaria e área de estacionamento em terreno com área total de 3.050,09 m2 de forma irregular, com as seguintes características: 36,70 metros de frente para a Rua Barão do Rio Branco, sendo o lado esquerdo de quem da rua olha o terreno por três linhas retas, partindo de frente numa distância de 70,00 metros, confrontando com os lotes 20, 29 e 36, aí quebra à esquerda numa distância de 4,95 metros, aí quebra novamente à direita na distância de 6,05 metros, até a linha de fundos confrontando nestes dois segmentos com o lote n. 36, do lado direito partindo da frente numa linha com 89,75 metros, confrontando com os lotes 17, 13, 12, 11 e 10-B, aí quebra à direita numa distância de 36,35 metros, confrontando com o lote 10-B até encontrar a Rua Pedro Ivo, para onde mede 6,38 metros de frente; sendo a linha de fundos de quem da Rua Barão do Rio Branco olha o terreno formado por uma reta com 78 metros, onde confronta com o lote n. 08, adquirido por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada à folha 033, do Livro n. 519, em data de 30 de dezembro de 1986, nas notas do 3º Tabelionato desta cidade e matriculada sob o nº 9.586, na 7ª Circunscrição do Registro de Imóveis de Curitiba.

Parágrafo Único - A transferência de que trata esse artigo será procedida de avaliação do bem referido e do preenchimento das demais formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Art. 3º - O imóvel referido no "caput" do artigo 2º da presente lei, uma vez incorporado ao capital social da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, poderá ser por esta utilizado na subscrição e integralização, no todo ou em parte, de sua participação acionária na sociedade a ser constituída na forma do artigo 1º desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

TELEX:

ATENDENDO INDICAÇÃO VEREADOR ODAIR DE VICENTE, PEDIMOS VOSSA EXCELENCIA INVIDAR ESFORÇOS JUNTO GOVERNO DO ESTADO VISANDO RESTABELECIMENTO FUNCIONAMENTO NORMAL AULAS. PARALISAÇÃO VEM PREJUDICANDO SENSIVELMENTE CLASSE ESTUDANTIL. CÂMARA MUNICIPAL DE UNUARAMA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 264/88, que altera a denominação do atual Município de Goio-Erê, para Goioerê.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 174/88, de autoria do mesmo.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Senhor NIPTON CURI, Gerente do Banco do Brasil de União da Vitória que na convivência de quase meio século naquela agência soube cumprir com zelo, dedicação e competência todos os desafios para o progresso da região.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor NIPTON CURI, bem como ao Doutor Mário Jorge Gusmão Bernard, Presidente do Banco do Brasil em Brasília.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

NIPTON CURI tem uma brilhante carreira no Banco do Brasil, tanto por aspectos verdadeiramente insólitos, quanto pela dedicação à instituição e à região de União da Vitória na integração com o sentido do trabalho e desenvolvimento.

A agência do Banco do Brasil foi inaugurada a 30 de novembro de 1942. No dia 14 de dezembro desse mesmo ano ele foi nomeado na função de servente. Mercê de sua in-

teligência, trabalho e competência foi galgando todas as posições na agência, sempre por merecimento. A 31 de outubro de 1957 chega ao cargo de gerente, permanecendo até agora, sem nunca haver se afastado, já decorridos 31 anos.

A agência teve até hoje somente três gerentes, o que é um fato inédito na organização. NIPTON CURI está como funcionário, há 46 anos na mesma agência, o que também é um fato absolutamente inédito nos quadros do Banco.

Depois de haver declinado de muitos convites e de haver mesmo preferido não ser incluído nos remanejamentos de pessoal, fato comum na vida bancária, Nipton Curi deve agora deixar União da Vitória. Atendendo convite formulado pela Direção Geral do Banco do Brasil, deverá assumir a gerência da agência Central de Curitiba, que é a 5ª maior agência do Banco do Brasil no País.

O que faz um funcionário de carreira permanecer por tanto tempo na mesma agência e inclusive no posto de gerente, declinando de transferências e remoções para centros maiores, geralmente pleiteadas até com insistência? Aí reside mais um mérito de sua pessoa - seja em termos profissionais, seja em termos pessoais. Nipton Curi começou jovem no Banco do Brasil, e começou justamente em União da Vitória. Todos esses anos de sua vida têm sido dedicados à instituição. Assumindo a gerência há 31 anos enfrentou muitas e diversificadas situações, com ele a agência se consolidou e se fortaleceu; com o Banco do Brasil a região de União da Vitória marcou seu desenvolvimento. É uma convivência de quase meio século, enfrentando as mesmas vicissitudes, superando os mesmos obstáculos; passando pelas mesmas crises, comemorando as mesmas vitórias e conquistas. Nipton Curi não é apenas um expectador nessa história, é parte integrante, personagem central. Para ele o Banco do Brasil e União da Vitória sempre foram partes indissociáveis, interdependentes. Para ele a maior satisfação pessoal e profissional sempre foi o trabalho e a dedicação ao Banco e à sua cidade, ao seu município. Sempre sentiu-se gratificado em emprestar sua participação nesse esforço mútuo, em atuar em prol da comunidade, das pessoas, de todos aqueles que também, cada qual com uma parcela correspondente contribuem para o desenvolvimento e modernização do município e da região. Talvez jamais pudesse sentir a mesma gratificante alegria em outras cidades, ainda que maiores e com possibilidade de mais destacada projeção pessoal. Ele sempre preferiu continuar ali, servindo à instituição a que pertence como funcionário, mas ao mesmo tempo servindo o seu povo. Somente agora, após 46

anos de agência e 31 de gerência, Nipton Curi aceita a mudança. Mas como dedicado servidor que é, aceita porque é uma nova missão que a Direção Geral do Banco lhe confia, e ele irá cumprir com o mesmo zelo, com a mesma competência; porque das missões e dos desafios os capazes e dignos não recuam, enfrentam-nas.

Nipton Curi, deixa a sua tão querida agência interiorana, mas continuará no coração de todo o povo de União da Vitória, estimado e respeitado por todos os segmentos daquela sociedade. Ele sai, mas seus grandes exemplos e os reflexos de seu trabalho permanecerão como um fanal aos seus colegas de Banco, aos amigos e admiradores, a todo o povo de União da Vitória, que tanto respeito e carinho lhe devota.

REQUERIMENTO N° 370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná, na pessoa do seu presidente, Newton Martins de Oliveira, pela passagem do Dia do Radialista que hoje é comemorado.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

É oportuno que seja lembrado por esta Casa de Leis a data de hoje, quando é comemorado o Dia do Radialista.

Classe laboriosa e de uma importância, os Radialistas desenvolvem um trabalho fatigante e de grande responsabilidade na difusão de lazer e informação para a comunidade.

REQUERIMENTO N° 372

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Cambará, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO N° 373

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Joaquim Távora, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO N° 377

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado Estadual, Líder do PDT, que este subscreve, pede à Egrégia Assembléia se digne a fazer inscrever em seus Anais menção histórica de apreço e congratulações à empresa IMPRESSORA PARANAENSE SA., pelo seu centenário de existência, transcorrido em 28 de agosto de 1988.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento: Algaci Túlio

JUSTIFICATIVA:

A Imprensa Paranaense S.A. merece o apreço histórico da Assembléia pela sua trajetória centenária de sucesso empresarial.

Foi fundada em 1988, pelo empreendedor paranaense Ildefonso Correia, senhor de engenhos de erva-mate e serrarias a vapor, Barão do Cerro Azul por designação do Imperador Pedro II, tendo sido registrada no dia 28 de agosto, na Associação Comercial do Estado, da qual o Barão também foi o primeiro presidente e fundador.

Vinte e quatro anos depois de sua fundação; tendo a primeira sede funcionado na esquina das ruas do Riachuelo com Carlos Cavalcanti, no atual Setor Histórico da Cidade de Curitiba, a Imprensa recebeu o reforço técnico e financeiro do litógrafo alemão Max Schrappe, que já instalara sua oficina de "litographia a vapor" na Cidade vizinha de Joinville, e uma filial no bairro curitibano do Batel.

A Imprensa solidificou-se como fornecedora de rótulos de erva-mate para as barricas que mandavam a nossa principal riqueza aos portos do rio da Prata, do Chile, e até da Europa.

Foi também sede de ateliers onde tra-

balharam litógrafos alemães e filhos de alemães, capazes de desenvolver aqui técnicas de gravura tão elaboradas quanto as da Europa.

Seu acervo de pedras litográficas, lamentavelmente depredado numa manifestação "nacionalista" (sic), estimulada por agitadores antimigrantes, nas vésperas da II Guerra Mundial. Se tivesse sido preservado contaria a história do Paraná, da formação da nossa sociedade, da mudança das mentalidades, e do comportamento do mercado consumidor em preciosas gravuras e litografias.

Hoje a Impressora é uma empresa moderna e poderosa, com imenso parque industrial, e filiais em Blumenau e em São Paulo, permanecendo o seu controle acionário com a honrada família Schrappe, sendo o atual presidente o engenheiro Dietter Schrappe.

O centenário foi celebrado com brilhante comemoração, através da edição de uma gravura de N.S. da Luz dos Pinhais - réplica de velha litografia feita para uma festa do início do século - através da reprodução de uma tela de Arthur Nísio, mostrando procissão na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, nos Campos Gerais, através da edição de um primoroso catálogo, de qualidade técnica impar para os padrões brasileiros de indústria gráfica atual, e por um jantar de gala, no Clube Curitibano, na noite de 28 de agosto passado, com concerto de música, executado pela Orquestra de Blumenau, sob a regência do maestro curitibano Norton Morozowicz, que já foi solista de flauta da Orquestra Sinfônica Brasileira, e tem participado de importantes eventos musicais nos EUA, Canadá e Europa.

A história da Impressora não pode excluir a menção de seus diretores Werner Schrappe, Max Schrappe Júnior, Francisco Hoette e Godofredo Rodolfo Labsch, bem como de inúmeros litógrafos e criadores de marcas e logotipos que se incorporam à memória visual do País.

Assim vale esta memória, nos Anais da Assembléia, para registro da sensibilidade dos que somos os atuais Deputados com o passado histórico do Paraná, e o futuro de uma de suas mais pujantes empresas privadas.

REQUERIMENTO N° 378

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual, Líder da Bancada do PDT, Partido Democrático Trabalhista, que este subscreve, propõe à Egrégia Assembléia a consignação nos Anais de voto de solidariedade e apreço à Rede Bandeirantes de Televisão, na pessoa de seu Presidente Dr. João Jorge Saad, de seu Diretor Comercial Dr. Wilson Thomas e de

seus jornalistas e funcionários, pelo mérito inegável em exercer com independência o ofício de informar, não se furtando esclarecer ao público brasileiro, através de seu telejornalismo, os nebulosos episódios do Governo do PMDB em São Paulo, com o escândalo nacionalmente conhecido como "da raspadinha" - isto é, de um caixa paralelo com fins particulares de promoção pessoal do Senhor Orestes Quércia.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

As democracias se constroem sobre a liberdade de informação.

A política de comunicação social dos governos democráticos deve aceitar a crítica, a opinião adversa, e a informação questionadora.

Não podem governantes modernos, e que se pretendem renovadores, impor a sociedade civil, através de sanções econômicas a órgãos de comunicação, a "verdade oficial", isto é, a versão palaciana dos fatos como inquestionável.

O País precisa de crítica e autocrítica, exercida à exaustão, para resolver suas perplexidades, e atingir o nível necessário de informação que coloque seu povo equiparado aos povos civilizados do mundo.

Só cresceremos enquanto Nação civilizada e democrática na proporção em que os nossos governantes abandonem a postura de "príncipes rancorosos" que administram o erário público como se fora seu tesouro pessoal, e passem a exercer a autoridade em plenitude, fazendo-a decorrente da inteligência e não da força.

A autoridade decorrente da inteligência valorizará sempre a notícia adversa, se for capaz de absorver o ensinamento da ética clássica - há que se preferir aqueles que nos criticam porque nos acrescentam, do que os que somente nos elogiam, porque nos corrompem..." (apud Santo Agostinho, nas "Confissões").

A manifestação desta Assembléia confirmará o Paraná, através de seus representantes populares, como terra de homens livres, desejosos de ver as oportunidades democráticas multiplicadas ao infinito para o bem do Brasil.

Tais coisas propomos e escrevemos porque sabemos ser a não cooperação com o mal (e o Governo Quércia fez mal à democracia pelo seu posto mesquinho) é tão importante quanto a cooperação com o bem.

REQUERIMENTO N° 380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a

formulação e inserção em Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo, de votos de congratulações pela passagem do "Dia do Radialista".

Dispensável falar, acerca da importância da comunicação social e, subsequentemente, da RADIODIFUSÃO nas sociedades democráticas e livres, que lutam pela manutenção das garantias individuais e coletivas, do estado de direito, do progresso racional e da justiça social.

Entretanto, necessário reafirmar diariamente a todos e em todos os locais, acerca da importância, da atividade Radiodifusora, da ação do radialista nas sociedades onde sonha-se a transformação.

Se lutamos para crescer, com justiça e igualdade é imprescindível lutar pela preservação das instituições populares.

Assim sendo, devemos reconhecer no Rádio importante instrumento de comunicação entre a população.

Guardião da voz popular, o rádio é um dos mais antigos meios de comunicação que o Brasil conhece.

Dessa forma também faz-se importante reconhecer a atividade do RADIALISTA, como peça fundamental nesse processo de comunicação social.

Nesta data, recebam os radialistas nossos sinceros cumprimentos pela passagem de seu dia.

Que da decisão desta Casa, dê-se ciência ao Sindicato dos Radialistas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 368

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Odemir V. Mongruel, Digníssimo Secretário Especial para a Política Habitacional, solicitando a remessa de uma relação em que conste os nomes das pessoas da COHAPAR, que ocupam cargos em comissão.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e Paulo Roberto Pereira de Souza, Digníssimo Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, reiterando o pedido no sentido da criação de um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade da instalação dos cursos de Medicina e Enfermagem na Universidade Es-

tadual de Ponta Grossa, o primeiro, instituído pelos Decretos Estaduais ns. 18.111, de 28 de janeiro de 1970 e 18.813, de 24 de março de 1970, Conselho este, que será composto, paritariamente, por membros da referida Universidade e do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Há muito que a comunidade princesina vem pedindo a instalação dos Cursos de Medicina e de Enfermagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa e, infelizmente este sonho ainda não se tornou realidade, mas, somando os esforços de todos, seremos vitoriosos nesta luta que perdura por vários anos.

Ponta Grossa, uma cidade com 300 mil habitantes e principal centro estudantil da Região dos Campos Gerais, ainda não conta com esses dois importantes Cursos na sua Universidade, criando com isto, especialmente na área da saúde, uma gama de dificuldades.

Muitos são os embaraços enfrentados pelos princesinos que procuram abraçar a carreira da Medicina e da Enfermagem, tendo que abandonar seus familiares e atividades para poderem dar prosseguimento nos estudos em outras cidades, sendo que a mais próxima é Curitiba, encarecendo ainda mais, o já elevado custo de um Curso Superior.

Com a instalação desses Cursos na Universidade Estadual de Ponta Grossa, desaparecerão todos esses empecilhos e ganharão não apenas os que pretendem seguir a carreira da Medicina e da Enfermagem, mas todo o povo princesino, que poderá contar com um significativo avanço no setor da saúde e com maior número de profissionais da referida área para atendimento da crescente demanda.

Temos certeza que o Governador de nosso Estado, juntamente com o Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, atenderá o nosso apelo e, para tanto, contamos com o valioso apoio dos nobres Pares dessa Augusta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 374

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, e ao Secretário Especial da Habitação, solicitando a sustação das demissões previstas por aquela Secretaria, dos funcionários que desenvolvem atividades na Diretoria de Projetos Especiais mutirão, auto-construção e lotes urbanizados, até a análise mais aprofundada da continuidade dos programas especiais.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 376

Senhor Presidente.

A Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de BOUREONIA, criado pela Lei n. 7.327 de 10 de junho de 1980, no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO N° 328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, objetivando informações sobre a liberação de recursos destinados à Frente de Trabalho, bem como os respectivos valores, dos seguintes Municípios: APUCARANA; BARBOSA FERRAZ; BOM SUCESSO; BORRAZÓPOLIS; CALIFÓRNIA; CAMBIARA; FAXINAL; FENIX; GRANDES RIOS; IRETAMA; ITAMBÉ; IVAIPORA; JANDAIA DO SUL; JARDIM ALEGRE; KALORÉ; LUNARDELLI; MANDAGUARI; MARILÂNDIA DO SUL; MARUMBI; OURIZONA; PITANGA; RIO BOM; SÃO JOÃO DO IVAÍ e SÃO PEDRO DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações, baseia-se em denúncias recebidas da população, de que os recursos destinados ao atendimento das necessidades daquelas pessoas carentes, prejudicadas com a prolongada estiagem que assola o Paraná, não estão sendo liberadas pelas prefeituras Municipais, denúncias essas que merecem toda a nossa preocupação.

Eis, pois, a exposição de motivos que demonstram a nossa intenção em bem informar a toda camada da população, para que esta tenha acesso sobre o destino dos recursos financeiros do Estado, não pairando assim, dúvidas quanto a transparência governamental.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 279/88
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica alterada a Lei n. 8060 de 26.12.84, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO SYDNEI ANTONIO - ACCRESA", que passa a denominar-se ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - ASTRAU, conforme comprova documentação apresentada.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade filantrópica supracitada, declarada de Utilidade Pública pela Lei n. 8060 de 26.12.84, passa a denominar-se ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - ASTRAU".

De acordo com a Certidão de Registro de Títulos e Documentos - 2° Ofício, cartório competente no qual foram levados à registro os estatutos sociais da entidade anteriormente denominada ACCRESA, verificamos que a alteração dos estatutos encontra-se averbada à margem do referido registro em data de 03.12.87.

Após averbações posteriores, os Estatutos Sociais da ASTRAU, foram levados à registro, sob n. de ordem 3422 do Livro "A-2", de Pessoas Jurídicas, datado de 20.08.88, passando portanto a ter existência jurídica com esta denominação.

Nestas condições, nada mais nos resta senão pedir o total apoio dos nobres parlamentares desta Colenda Casa, no sentido de acolhê-la e conseqüentemente obter a sua aprovação em Plenário.

PROJETO DE LEI N° 273/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE E AMPARO À CRIANÇA "O AMANHA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação da qual se pretende aqui seja declarada de Utilidade Pública, é uma instituição destinada ao abrigo de menores órfãos e abandonados, tendo por fim primordial fornecer todas as condições necessárias, como educação, alimentação, assistência médica e orientação psicológica para o desenvolvimento normal às crianças carentes, contribuindo para o devido ajustamento destas à sociedade na qual vivem.

Assim sendo, por considerarmos a medida aqui proposta justa, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente eu gostaria de anunciar a esta Casa que neste exato momento o Senhor Secretário de Estado da Educação está recebendo os membros da APP, Professora Isolda Andreatta, Professor Paulo Maria, Elide Bueno e Ronaldo Nascimento.

Isso demonstra, Senhor Presidente que o Governo Álvaro Dias, embora continue atuando com a firmeza que é peculiar aos grandes governantes e homens públicos, sabe também cumprir a sua palavra e os seus compromissos.

O Senhor Governador anunciou e a Bancada do PMDB comunicou que, tão logo os professores retornassem às salas de aula, o Governo reabriria o diálogo. Na Assembleia realizada no dia de ontem, em Maringá, os Senhores Professores acordaram em retornar às salas de aula, e neste momento, Senhor Presidente, o Senhor Secretário de Estado da Educação, está recebendo os membros da APP. Está reaberto o diálogo, está feito e cumprido o compromisso do Senhor Governador e da Bancada do PMDB.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, é com alegria e satisfação que recebemos a comunicação feita pelo Líder da Bancada do PMDB.

Os professores do Paraná só esperam que isso não dure outros 10 meses como duravam as conversações do passado.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente,

Senhores Deputados; nem todos nós temos o privilégio de trazer notícias boas como as que o Deputado Artagão Mattos Leão nos traz, neste momento, do início, ou melhor, do reinício das conversações entre os professores e o Governo do Paraná.

E isto vem demonstrar, reafirmando as palavras do nosso Líder, Deputado Artagão Mattos Leão, que, da parte do PMDB o diálogo e as conversações sempre existirão, serão eternas, bastando, para tanto, que as partes se entendam no devido momento e na oportunidade presente, como está acontecendo.

Mas, se por um lado notícias boas traz

o nosso Líder, Artagão Mattos Leão, nós gostaríamos, ao usar a tribuna, lamentar o que vem acontecendo com os produtores rurais do Estado do Paraná e do Brasil, como um todo. Todos sabemos que o Estado do Paraná foi vítima de praticamente 90 dias de estiagem o que, de certa forma, prejudicou a sua lavoura de inverno, a triticultura em que pese os prejuízos trazidos pela longa estiagem, assim mesmo o produtor do Paraná, com a sua experiência, com a sua dedicação, com o apoio que recebeu dos setores a ele ligados, conseguiu ainda produzir uma boa safra de trigo.

Temos notícias de alguns produtores que plantaram mais cedo colheram até, em alguns casos, 150 sacas de trigo, por alqueire.

E estão colhendo agora, um pouco menos do que 100 sacas por alqueire, o que de certa forma dá uma pequena rentabilidade ao produtor, porque todas as análises e todos os custos de produção apresentados dão conta de que o produtor necessita em torno de 65 sacas para pagar todo o custo da sua lavoura, portanto, está sobrando alguma coisa.

Mas, se apesar da seca que foi ruim, e apesar da produção e da produtividade que foi boa, nem tudo está bom neste momento, porque o Governo Federal comprador ínico da totalidade da safra de trigo do País, não dispõe de recursos para adquiri-la. E quando tem algum tipo de recurso ele deixa para adquirir no final do mês, aproveitando os últimos dias antes da correção da OTN, causando com isso, de cara, um prejuízo para o produtor rural de, pelos menos, 20%, porque é o que está variando a OTN. Se ele adquirisse no início do mês, o produtor poderia ter esses 20% a mais agregado ao valor, ao preço, vamos dizer, do seu produto.

É por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se faz necessário que fiquemos atentos, quando o processo da Constituinte Estadual for iniciado, para que aqui também façamos acontecer a lei agrícola, que já consta como obrigatória através da Constituição Federal que será promulgada no próximo dia 5 de outubro. A lei agrícola que está sendo escrita pelas lideranças do cooperativismo, do sindicalismo, das associações de produtores, das associações, enfim, ligadas ao meio rural. É necessário que fiquemos atentos para que possamos, a nível de Paraná, juntos com as autoridades constituídas, juntos com as lideranças do setor produtivo e juntos com as entidades de classe ligadas ao setor produtivo do meio rural, elaborarmos também a lei agrícola estadual para podermos dar as garantias necessárias ao nosso produtor, para que não aconteça o que vem acontecendo.

Saras uma seca, supera-se o problema da seca, e surge o problema da falta do milho para se adquirir o trigo.

Também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, registramos no dia de hoje, a passagem do dia mundial, quando se comemora o dia em homenagem a árvore. Árvore tão ausente e tão escassa nos nossos meios, na nossa terra, e muito mais agora, também, depois desta longa estiagem com os incêndios que aconteceram.

Fica registrado a passagem do dia em que se homenageia a árvore, e registrado também a falta de recursos para a aquisição da safra do trigo.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados.

A semana passada este Deputado esteve em Brasília, a convite do Deputado Gernote Kirinus, que impossibilitado de se encontrar na Capital Federal com os Deputados que integram a Comissão Interpartidária dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná; porque pouco antes estiveram os Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer, do Paraná, em contacto com os Deputados Federais e Senadores dos três Estados, objetivando a manutenção de, pelo menos, alguns recursos de investimento obviamente, para a SUDESUL.

E em Brasília, nos contatos que fizemos com os Ministérios, com a SEPLAN, com o Ministério do Interior e da Fazenda, na Comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, não restou muitas esperanças, mas também não terminou com este encontro dos três Estados na Capital da República a reivindicação da Região Sul, cujo documento inicial subscrito pelos Deputados Federais dos três Estados, passo a ler.

(Lê):

MOVIMENTO PARLAMENTAR PRÓ-SUDESUL

As bancadas federais e estaduais dos 3 Estados que compõem a Região Sul, através dos Parlamentares que assinam este documento, expressam a sua inconformidade com o inopinado publicado na imprensa sobre a extinção da SUDESUL, em virtude da inexistência de recursos em seu orçamento para 1989.

A SUDESUL, além de deter historicamente uma participação residual no orçamento do MINTER, não superior a 3%, vem realizando uma programação de indiscutível importância para o desenvolvimento regional.

Na Região Sul, como um todo, destaca-se o programa de pré-investimentos desenvolvidos em consonância com os órgãos fe-

derais e estaduais específicos e destinado a estabelecer modelos estratégicos nas áreas de transporte, energia e insumos básicos, imprescindíveis ao desenvolvimento regional.

No Rio Grande do Sul destaca-se o Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia da Lagoa Mirim, contemplando dois empreendimentos de vulto, a saber:

- Barragem Eclusa do São Gonçalo, cujo principal objetivo é evitar a intrusão de águas salinas na Lagoa Mirim, permitindo a irrigação de 70 mil ha, e o abastecimento de água potável ao Município (mais de 200 mil habitantes), ao complexo industrial e ao super porto de Rio Grande;

- O Distrito de Irrigação do Arroio Chasqueiro, com uma área de domínio de 50 mil ha, cujo custo de implantação e operação é um dos mais baixos do Brasil, constituiu um complexo de obras, (irrigação, estradas e outros serviços) que viabiliza a produção de arroz e hortigranjeiros.

Em Santa Catarina, encontra-se em execução o Subprojeto Sombrio, em uma área de abrangência de 15 mil ha, compreendendo um complexo de obras em instalação e que tem por objetivo a contenção de cheias, a drenagem e irrigação e o assoreamento de centenas de agricultores minifundiários, constituindo-se em um projeto-piloto de um programa de desenvolvimento rural integrado da Bacia do Rio Mampituba, numa área de 80 mil ha, que deverá beneficiar 6.200 estabelecimentos rurais, atendendo a 760 mil habitantes, localizado nos limites do litoral sul de Santa Catarina e litoral norte do Rio Grande do Sul.

No Paraná, merece registro o PRONO-ROESTE, voltado ao controle da erosão do solo, que se estende a uma área de 67 mil km² no território paranaense, compreendendo 161 municípios, flagelo que já avança em direção ao Mato Grosso do Sul, inclusive provocando o assoreamento no Lago de Itaipu, com sérios riscos ao complexo hidrelétrico.

Outro programa que merece destaque é o PRODOESTE, cujo objetivo visa a recuperação econômica (perda de áreas produtivas) e a infra-estrutura urbana dos municípios que margeiam o Lago de Itaipu.

O eminente constrangimento orçamentário que determinaria o imobilismo institucional da SUDESUL não se reveste de oportunidade, justamente numa hora em que essa Superintendência busca retomar suas funções de órgão de planejamento regional, coincidindo com as deliberações da Assembleia Nacional Constituinte, acerca da instituição regional de planejamento. Ade-

mais, o esvaziamento da SUDESUL não seria prudente, até porque, a diplomacia do atual governo direciona-se com inegável descortínio histórico, à integração com os países do Cone Sul, três dos quais limitrofes à Região Sul.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(Termina de ler).

Assinam o documento os Parlamentares dos três Estados, isto é, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Da visita que fizemos ao Ministério do Interior depois de percorrermos a SEPLAN, no Congresso Nacional fomos informados pelo Senhor Ministro do Interior que havia necessidade de se desenvolver na Região Sul brasileira um trabalho intenso de todas as lideranças partidárias, especialmente a nível de Congresso Nacional para que não permaneçam os valores alocados, recursos destinados à SUDESUL. Em virtude da operação desmonte, dos cortes de verbas do orçamento federal com o argumento de que isso é para compensar a transferência dos 17% da receita da União para os estados e para os municípios, praticamente há o desaparecimento da SUDESUL. Pouco coisa restou dos 72 bilhões de cruzados previstos ou propostos no encaminhamento do anteprojeto do orçamento. Com a operação desmonte a SUDESUL praticamente ficou zerada, isto é, sem recursos, não aconteceu isso com outros grandes projetos de outras regiões do Brasil, como a SUDESUL, SUDANE e outros. Por isso é preciso que haja uma ação permanente das lideranças políticas do sul na manutenção não só da SUDESUL mas recursos para investimentos e projetos e pesquisas.

No caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como sabemos os grandes projetos daqueles dois estados vizinhos são mais voltados à agricultura e até à pecuária, mas especialmente na produção de arroz e de trigo, são projetos maiores. O Paraná tem somente o projeto de combate a erosão. Erosão que vem assustando, encomodando o Noroeste do Paraná há 20 anos, pois já em 1976 o Governo brasileiro solicitou à OEA, Organização dos Estados Americanos a elaboração de um projeto, de um plano de combate e de contenção da erosão do Paraná, e o projeto o estudo foram feitos e encaminhados às autoridades do Brasil. Iniciaram-se a partir daí projetos, recursos da SUDESUL em convênio sempre com o Governo do Estado do Paraná e municípios.

Na verdade os recursos nunca foram o bastante para pôr fim aos problemas, especialmente à erosão urbana do Noroeste, mas pôde conter, segurar e salvar muitas cidades.

O Deputado Flávio Giovani lá no Noroeste de Paranavaí, fez, em 1972, a todos nós do Paraná discursos que existem nos Anais do Congresso Nacional, advertindo o Governo Federal, dos perigos que representa a erosão no Noroeste do nosso Estado, especialmente, porque não se tinha àquela altura, nenhuma previsão, nenhum orçamento, projetos de canalização das águas pluviais. Tinha-se pouco, quase nada. Depois de Flávio Giovani lembro-me que o Deputado Alexandre Valente, de Maringá, também pronunciou-se sobre o assunto e estamos ao longo desses anos recebendo, poucos recursos, às vezes insignificantes, mas o Paraná vem recebendo, aliás, o único recurso do combate à erosão, como disse, que salvaram as cidades, grande parte delas do Noroeste, especialmente aquelas encravadas no arenito do Caiuá.

Venho à tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para fazer um apelo aos ilustres Colegas desta Casa para que, junto aos seus Prefeitos e Vereadores, mantenham contato estreito com seus Deputados Federais de suas regiões para, numa companhia permanente, repetindo, para fazer chegar ao Governo Federal a palavra, a voz, a ansiedade, a reivindicação justa do Paraná, no caso especial do Projeto Noroeste e dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Não se pode fazer essa operação desmonte em cima do Sul do Brasil, onde outros projetos de outras regiões foram aquinhoados.

Fica, Senhor Presidente, justificada a nossa ida à Brasília, representando esta Casa e por solicitação dos Deputados Werner Wanderer e Gernote Kirinus, dizer que é preciso toda a força do Paraná para conseguir a inclusão de alguns recursos, e sobre isso, Senhor Presidente, é bom lembrar que recentemente, e bem recentemente, o Senhor Ministro João Alves, do Interior, esteve aqui, fazendo e assinando convênio, com o Senhor Governador, onde transferiu do Governo Federal para o Estadual, o fundo perdido, Cz\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados) que agora, presentemente, estão sendo repassados aos municípios do interior, aliás, para isso estão em Curitiba alguns prefeitos, inclusive, o de Paranacity, que estive conversando com ele hoje, José Bonifácio Mourão, o Prefeito de Mandaguá e outros, assinando convênios com o Governo do Estado, resultado da presença do Ministério do Interior aqui, transferindo 500 milhões, que talvez seja o último dinheiro, outros últimos recursos do Governo Federal para o Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Horário das Lideranças, com a palavra a Representação do PDC. (Declina).

Havendo declinado com a palavra a Representação do PL. (Declina).

Havendo declinado com a palavra a Representação do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Vera Agibert, demais presentes.

A decisão tomada ontem em Maringá pelo magistério estadual, de suspender a greve por melhores salários e melhores condições de ensino, iniciada no dia 05 de agosto, comprovou mais uma vez a maturidade do movimento, ao contrário daquilo que o Governo procurou apregoar desde o início acusando os professores de radicais e intransigentes.

Ao conceder um prazo de até 15 de outubro, para que o Governo responda as suas principais reivindicações, que serão levadas à mesa de negociação que esperamos ver instalada ainda hoje, conforme notícia dada pelo Líder da bancada do PMDB.

Nenhuma honra, nenhum mérito ao Governo do Estado do Paraná, pois é inadmissível que um Governo sério permita que negociações iniciadas em novembro do ano passado, portanto há dez meses, sejam necessárias 45 dias de greve de paralisação, simplesmente para conseguir abrir o diálogo, portanto não estamos vendo nenhum mérito do Governo do Estado do Paraná, mas mérito dos professores.

Acho eu que os professores deram mais uma prova de boa vontade, aliás boa vontade e paciência e acho que é isso que não tem faltado aos nossos mestres, não só com os seus alunos, mas principalmente com este Governo que nós temos.

É bom que se diga que essa greve foi resultado da insensibilidade demonstrada pelo Governo, pois desde 1987 os professores se empenharam pacificamente nas salas de aula para negociar as suas reivindicações.

O tempo todo o Governo prometeu diálogo, com o reinício de aulas e o conseqüente fim da greve; entretanto o Governo parece não ter qualquer interesse em dialogar antes com os servidores e obriga os mesmos a recorrerem ao recurso extremo da greve. Fato ilustrativo desta situação é o novo impasse que temos agora no Paraná, que existe entre a Diretoria do Banco do Estado do Paraná e os representantes sindicais da categoria.

Hoje, às 19:00 horas, os funcionários do Banco do Estado do Paraná se reúnem para em Assembleia decidir sobre o indicativo de greve marcado para amanhã.

E por que essa possibilidade de greve que poderá trazer graves prejuízos aos clientes do Banco do Estado do Paraná?

Simplesmente porque a Diretoria do Banestado, seguindo a política fiel do Go-

verno Álvaro Dias, em relação ao funcionalismo vem se negando sistematicamente a negociar.

Caso essa greve aconteça realmente a partir de amanhã, é bastante provável que o Governo estará invadindo os meios de comunicação que não negocia com os grevistas.

Senhores Deputados, essa postura contraditória do Governo é muito perigosa, pois tem dissimulado em clima de incerteza entre os servidores públicos do Estado, infelizmente o programa partidário do PMDB contempla o direito de greve, mas a prática do Governo do Estado do Paraná desmente e nega de forma afrontosa. Não há reivindicação justa para o Governo do Estado do Paraná, porque se houvesse, os dez meses de negociação dos professores seriam suficientes para haver um entendimento ou então esses quatro meses de negociação dos funcionários do Banco do Estado do Paraná, seriam suficientes para haver um entendimento, mas não há o reconhecimento do Governo do Estado de greve justa e de reivindicações justas, porque se isso ocorresse não haveria necessidade da greve.

Até agora todos os movimentos dos servidores estaduais foram reprimidos, seja com demissões e até com o uso da força policial como aconteceu com os professores.

Esperamos que a lição deixada pela greve do magistério, faça o Governo ajustar o seu discurso à sua prática.

Se o Governo promete o diálogo que efetivamente, faça acontecer.

A Diretoria do Banestado rompeu as negociações com os representantes da categoria simplesmente porque recebeu críticas num boletim, num jornal dos bancários, ao denunciar que no primeiro semestre deste ano o Banco do Estado do Paraná esbanjou mais de 50% do seu lucro líquido em publicidade. O Sindicato dos Bancários não fez nada mais do que cumprir a sua obrigação. O Banco do Estado não é um Banco privado. Grande parte dos recursos dessa instituição são públicos e a má utilização dos recursos públicos, o esbanjamento devem ser denunciados. Os créditos em liquidação no Banco do Estado do Paraná devem ser devidamente apurados. São estas as questões levantadas com inteira justiça pelas entidades sindicais dos bancários. Denunciando ter "culpa no cartório" a Diretoria da instituição proferiu romper as negociações. Esta prática do "escondimento" compromete a transparência apregoada por este Governo, mas muito poucas vezes aplicadas. Diálogo sim, contudo, não faz sentido esperar que uma greve seja iniciada ou que ela dure 45 dias como a do magistério para que o diálogo seja estabelecido.

Portanto, este é o apelo que o Partido dos Trabalhadores nesta quarta-feira faz

ao Executivo e a todas as forças políticas que compõem este parlamento para que estes fatos lamentáveis e este tratamento inadequado não seja mais dado aos trabalhadores paranaenses.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Representação do PDS com a palavra. (Declina).

Representação do PDT. Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ouvimos no início da Sessão de hoje o Líder da Bancada do PMDB, nesta Casa, euforicamente, dando uma ênfase toda especial, aliás, a euforia e a ênfase que nós não vimos nos dias que antecederam a luta dos professores com o governo do Estado, anunciar que neste exato momento o Secretário da Educação está recebendo a Comissão de professores para o diálogo.

Na verdade não faz o Senhor Secretário da Educação nada mais, nada menos do que a obrigação de receber essa Comissão. Aliás, tivesse agido de outra maneira, a própria Bancada do PMDB nesta Casa, tivesse agido de outra maneira o próprio Secretário da Educação e o Governador do Estado, não teríamos tido esta greve tão prolongada de 43 dias. Não teríamos tido os fatos lamentáveis que se verificaram aqui no Centro Cívico. Os atos de violência registrados na tarde do dia 30, em frente ao Palácio Iguazu e a esta Casa, evidenciam que na verdade a democracia não é assim tão apregoada no Governo que aí está e também não é tão transparente.

A presença de soldados da Polícia Militar, a presença dos cavalos, a presença das bombas de gás lacrimogêneo, dos cacetes, da agressão praticada aos professores. Aliás, o "Editorial" do Jornal do Estado dá uma dimensão exata daquilo que aconteceu aqui no Centro Cívico. (Lê):

Cavalários e soldados da Polícia Militar, ainda não se sabe a pedido de quem, foram lançados contra a multidão de indefesos professores em passeata que entoavam inofensivas músicas como: PMDB, PMDB, onde está você? Evidentemente estas cinco palavras não poderiam pelo seu conteúdo, motivar a brutal agressão aos professores.

Jamais na história da vida curitibana, foi presenciada tamanha violência. Nem nos dias da ditadura militar iniciada em 1964. Nem na "guerra do pente", nem tampouco nos episódios do Centro Politécnico, quando em 1968, no auge do regime militar ditatorial, a Polícia Militar foi enviada para dispersar os estudantes em manifestações

contra a ditadura em escaramuças que duraram vários dias. Por estranha coincidência, muitos dos líderes daquele movimento que sofreram a investida dos policiais militares são hoje detentores de destacados cargos na administração pública e exercem liderança político-partidária nas fileiras do partido governista.

As cenas apresentadas pelos canais de televisão empenhados na realização de jornalismo informativo, sem submissão a interesses político-partidários, mostraram em toda a sua extensão a brutalidade da ação determinada contra os professores. Professores em greve por melhores salários, pelo que estão lutando também os funcionários do Ministério da Fazenda, responsável pela formulação da política salarial brasileira. Como estão lutando os próprios integrantes da Polícia Militar do Paraná, igualmente mal pagos e cujos soldos são os mais baixos do País, sendo superados apenas pela Polícia Militar do Estado do Piauí, segundo denúncia formulada na Assembleia Legislativa. Enquanto o Governo em todos os níveis não reduzir o déficit público e a inflação não baixar, as lutas salariais continuarão existindo. É a violência contra essas manifestações não contribui para uma solução. Apenas agrava a situação social. Com os acontecimentos de ontem, na data do dia 30 de agosto em frente ao Palácio Iguazu e a Assembleia Legislativa, a Nova República igualou-se, da pior forma, com a ditadura militar, agrediu os professores que deve proteger e desservi a democracia".

Este é o editorial do "Jornal do Estado".

Tivesse, como já disse, Sua Excelência, o Governador do Estado, aberto o diálogo tão logo se iniciou a greve, naquele dia em que os professores vieram a esta Casa para ver aprovado um Requerimento das Bancadas de Oposição, pedindo a abertura de diálogo, nada disso teria acontecido. Lamentavelmente, faltou talvez liderança, faltou o entendimento maior, e as consequências foram as mais terríveis verificadas e comprovadas através dos meios de comunicação em todo o País.

Agora, o Senhor Secretário abre o diálogo, não reinicia porque até então ele não havia acontecido.

Neste dia também quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trazer aqui a minha homenagem aos radialistas de todo o Paraná. Hoje comemora-se o "Dia do Rádio", o "Dia do Radialista", uma classe que tem desempenhado de maneira tão extraordinária o seu trabalho. Tem dado demonstração da sua imparcialidade no desempenho de sua função. E a classe dos radialistas, tão bem valorizada, e a prova disso é que nos últimos anos, nas últimas eleições, temos

constatado a presença maciça dos homens da comunicação, dos homens da chamada "latinha", carinhosamente assim conhecidos os homens de rádio, que têm demonstrado a sua capacidade. E se assim não o fosse, nós não teríamos como assento nesta Casa, nas Câmaras Municipais, no próprio Congresso Nacional, a presença de um homem de rádio.

Por isso, nesta data, nós queremos aqui, como homem de Imprensa, como radiologista, externar os nossos cumprimentos aos companheiros de imprensa, de Curitiba, do Paraná e de todo o Brasil, em nome da Bancada do PDT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Representação do PTB.

Declina.

Concedo a palavra à Representação do PMDB.

Com a palavra o Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós trazemos a esta tribuna, neste dia, um assunto que no nosso entendimento e tenho certeza dos demais Parlamentares é de grande importância para a comunidade paranaense. O assunto que tratamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é na verdade uma grande crise que se abate sobre uma das políticas mais importantes do Governo do Estado do Paraná, no nosso entendimento, a segunda mais importante política social desse governo: que é o programa de habitação. Como todos sabem, por conta do déficit público, do combate do déficit público, o Governo Federal decidiu restringir os financiamentos para os Estados e Municípios. E entre estas restrições estão os financiamentos da Caixa Econômica Federal, captados pelos Estados através das suas companhias de habitação. E hoje a Secretaria Especial da Habitação do Paraná e a Companhia Paranaense de Habitação sofre uma grave crise. A crise de ter inviabilizado o seu mais importante projeto que são os projetos especiais.

É o Projeto Mutirão, é o projeto de lotes urbanizados e é o projeto da auto-construção. Neste momento conforme relatório que recebemos da própria Companhia de Habitação do Paraná estão em execução, nada mais nada menos do que 9 mil unidades de habitação em regime de mutirão. Todas estas obras, Sr. Presidente e Srs. Deputados, passíveis e já em processo de paralisação em função da falta de recursos para a continuidade destas obras.

Para sintetizar a gravidade desse problema queremos dizer aos Parlamentares que serão atingidos de uma só vez nada mais nada menos do que 50 mil paranaenses

que teriam realizado o maior sonho de qualquer cidadão: o sonho de ter a sua casa para morar com sua família e viver com um pouco mais de dignidade.

Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as promessas feitas pelo Governo Federal de liberação de recursos não se concretizaram até o presente momento. Mas, queremos deixar aqui um questionamento, e que através de requerimento sugerimos uma medida por parte do Governo do Estado: os questionamentos que deixamos, se de fato as resoluções que proíbem contratações, empréstimos pelos Governos dos Estados estão sendo executadas por falta de uma ofensiva administrativa e política do Secretário da Habitação e da sua diretoria de projetos convencionais ou se, e prefiro não acreditar nisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, forças ocultas trabalham para impedir que este grande projeto social continue a se desenvolver no Estado do Paraná.

Preferimos não acreditar nisso, mas, pelos gráficos que temos em mãos, podemos observar que mesmo após as resoluções que proíbem esses empréstimos e contratação de recursos pelos Governos do Estado e por companhia de habitação, nós tivemos liberações desses recursos. Mas a partir do momento da desmobilização da Secretaria de Projetos Especiais do Governo do Estado, nós tivemos um recuo na liberação desses recursos.

Queremos saber da Secretaria da Habitação do Estado do Paraná se a política de captação de recursos tem tido os mesmos esforços que vinham tendo por parte da Diretoria de Projetos Especiais. Queremos também que a peça orçamentária do Governo do Estado, aprovado por este Legislativo, seja cumprida, porque ao que consta até o presente momento no ano de 1988, não tivemos a liberação de nenhum recurso por parte do Governo do Estado, digo, do Tesouro do Estado.

Sabemos das dificuldades econômicas e financeiras do Executivo do Estado, mas através do Poder Legislativo, temos a autoridade da legitimidade do voto popular e da aprovação da peça fundamental a ser executada pelo Executivo, que é o Orçamento do Estado, no sentido de que sejam liberados os recursos daquele orçamento, no valor de 600 milhões de cruzados para que os projetos de habitação popular, principalmente o Mutirão, não sofram problemas de continuidade.

Manifestamos também uma grande preocupação, e aí nos parece o eixo do problema da política habitacional da Secretaria Especial de Habitação, que neste momento, aproximadamente cento e dois funcionários da Companhia de Habitação do Paraná estão ameaçados de demissão. Para nossa surpresa

sa, a maioria absoluta desses funcionários, são os que durante os últimos seis anos desenvolveram o Projeto Mutirão, que desenvolveram o Projeto de autoconstrução e o Projeto de Lotes Urbanizados deste Estado.

São seis anos de apropriação tecnológica, são seis anos de apropriação de "Know-how" para que se viabilizasse o projeto mais importante já desenvolvido neste País, para solucionar o problema habitacional nas faixas de baixa renda da nossa população, principalmente, de zero a três salários-mínimos.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pedimos aqui a aprovação de um requerimento, onde pede-se ao Governo do Estado e à Companhia Paranaense de Habitação, que sejam sustentadas as demissões de 102 funcionários já manifestadas pelo Secretário, desta intenção, até uma análise mais aprofundada por parte do Executivo, do Legislativo e da Secretaria Especial de Habitação, para que estes projetos de tão grande importância, não sofram processos de paralisação.

Esta é a nossa manifestação. Pedimos ao Governo do Estado a liberação da peça orçamentária e os recursos lá contidos: 600 milhões de cruzados.

Pedimos uma explicação ao Secretário da Habitação de que esforços estão sendo feitos - administrativos e políticos - de captação de recursos do Governo Federal e que sejam sustentadas essas demissões, porque se elas acontecerem, teremos decididamente o desmonte na área fundamental que viabilizou a Companhia Paranaense de Habitação, na gestão do Governo Álvaro Dias, que é a equipe que desenvolveu o projeto mutirão.

São estas as considerações, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído dos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 07/88, de autoria do Deputado Paulo Fu-

riatti, que dispõe Legislação Específica sobre o controle de poluição de pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável as populações urbanas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.A., e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 07/88

Art. 1º - As águas provenientes de bacias mananciais destinadas a abastecimento público deverão satisfazer os requisitos mínimos para o seu enquadramento na Classe 2 especificada na Resolução nº 20, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, de 18 de junho de 1986.

Parágrafo Único - Bacia Manancial, doravante denominada bacia, será a bacia destinada a manancial de abastecimento público, ou, a área da bacia hidrográfica situada a montante do local onde exista ou se preveja futuramente construir uma barragem destinada a captação de água para abastecimento público.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo, através de seus órgãos de fiscalização e execução, assegurar que a qualidade de água seja mantida para o futuro dentro dos padrões mínimos aceitáveis não obstante o crescimento populacional.

§ 1º - Órgão fiscalizador será órgão do Governo Estadual encarregado de fiscalizar, analisar projetos e fazer cumprir as especificações previstas na Lei (SUREHMA).

§ 2º - o órgão executor será o órgão do Governo Estadual ou Municipal encarregado de executar os projetos e especificações determinadas pelo órgão fiscalizador (SANEPAR- PREFEITURAS).

Art. 3º - São proibidas as instalações nestas bacias das seguintes atividades ou empreendimentos que possam vir a agravar o problema da poluição:

I - Indústrias altamente poluentes tais como:

- a. Fecularias de mandioca ou álcool (vinhoto);
- b. Indústrias metalúrgicas (não ferrosos) que trabalhem com metais tóxicos;
- c. Galvanoplastias;
- d. Indústrias químicas em geral (fintas, ácidos, defensivos);
- e. Matadouros;
- f. Artefatos de amianto;
- g. Indústrias ou usinas que processem materiais radioativos.

II - Estabelecimentos hospitalares:

- a. Hospitais
- b. Sanatórios
- c. Leprosários;

III- Depósitos de lixo:

IV- Parcelamento do solo de alta densidade demográfica:

- a. loteamento
- b. desmembramento
- c. conjunto habitacional.

§ 1º- Fica estabelecido que as indústrias poluentes, ou depósitos de lixo, pré-existentes deverão entrar em acordo com o órgão fiscalizador:

a. apresentando projeto emergencial para o tratamento do seu esgoto e lixo, no qual seja previsto o transporte ou bombeamento do resíduo final para a bacia vizinha não destinada a manancial se possível, ou

b. apresentando projeto de transferência para outra área não destinada a manancial em terreno a ser desapropriado por utilidade pública para este fim específico.

§ 2º- Os parcelamentos do solo de alta densidade demográfica já comprovadas somente serão implantados mediante rede de coleta de esgotos e lançamento dos mesmos fora da bacia manancial, devidamente tratados.

Art. 4º- Em um prazo a contar de um ano antes da data prevista para o início de implantação de um sistema de captação de água, o órgão fiscalizador (SUREHMA) deverá apresentar relatório específico sobre a qualidade das águas na bacia em questão, apontando as principais fontes poluidoras existentes e propondo condições para sua normalização ou remoção.

§ 1º- O órgão fiscalizador será o órgão do Governo Estadual encarregado de fiscalizar, projetar e fazer cumprir as especificações previstas na Lei (SUREHMA-CONEC).

§ 2º- Órgão executor será o órgão do Governo Estadual ou Municipal encarregado de executar os projetos e especificações determinadas pelo órgão fiscalizador (SANEPAR- PREFEITURAS).

Art. 5º- Recomenda-se prioridade na inclusão destas bacias no Plano Estadual de Micro-Bacias, prevendo-se a construção de terraços em curvas de nível prioritariamente acompanhando os fundos dos vales de modo a obrigar que as águas pluviais eventualmente carregando poluentes atinjam diretamente o rio ou afluentes.

Parágrafo Único - Rio é o curso d'água principal desta bacia. Afluente é qualquer um dos seus afluentes primários ou secundários.

dários.

Art. 6º- O parcelamento do solo deverá ser estudado de tal forma que ao final de sua plena ocupação a poluição gerada pela população não ultrapasse os limites estabelecidos para água de Classe 2.

Art. 7º- Todo loteamento ou projeto de urbanização previsto na bacia será submetido a aprovação prévia do órgão fiscalizador que poderá recusá-lo ou exigir modificações.

§ 1º- O órgão fiscalizador deverá analisar o projeto em prazo hábil, recomendando, se for o caso, a execução prioritária pelo órgão executor de redes de captação em todas as áreas da bacia onde houver urbanização ou a possibilidade de bombear o afluente final destes esgotos para a bacia vizinha que não seja destinada a manancial.

§ 2º- O órgão executor deverá exigir de cada proprietário que execute suas instalações de esgotos providos de 8 fossas sépticas anaeróbicas e 3 separação de águas pluviais, dentro de especificações a serem normalizadas permitindo sua ligação à rede somente após satisfeitas estas especificações.

§ 3º- As novas edificações que se projetem construir na bacia em locais com urbanização já existente deverão ter seus projetos submetidos ao órgão fiscalizador, que poderá recusá-los, caso a ocupação potencial venha a comprometer os limites estabelecidos para a Classe 2 na Resolução N° 20/86 - CONAMA.

§ 4º- As edificações isoladas que não comportem redes de esgoto deverão ser providas de fossas sépticas anaeróbicas e poços de infiltração, não sendo nunca permitido lançar o esgoto diretamente no rio ou afluentes.

Art. 8º- São indicadas para estas bacias atividades agropecuárias e de reforestamento.

Parágrafo Único - Quanto às atividades agrícolas, as únicas restrições serão quanto ao uso dos agrotóxicos e ao mau uso do solo que pode gerar erosão, os quais serão controlados pelo órgão fiscalizador.

Sala das Sessões, em 21.09.88.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão destina-se ao controle da poluição em pequenas bacias mananciais. Visa não só evitar a instalação de indústrias poluentes, bem como também impedir o mau uso do solo, preservando-se desta forma a qualidade de águas destinadas ao abastecimento urbano. Além disso, através dos órgãos fiscalizadores e executores do Estado, pretende também, regularizar a situação de agentes poluidores já existentes.

Em votação a emenda. Aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 174/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina "Rodovia do Alcool", o trecho da PR- 457 compreendido entre a sede do Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí até o entroncamento com a PR- 082 no Município de São João do Ivaí, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 58, de 14.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 174/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade denominar - RODOVIA DO ÁLCOOL - o trecho da PR- 457 compreendido entre a sede do Distrito de Marisa do Município de São Pedro do Ivaí, até o entroncamento com a PR- 082 no Município de São João do Ivaí, conforme especifica.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 174/88

PARECER:

De autoria do nobre Parlamentar Orlando Pessuti, o presente Plano de Lei, visa denominar RODOVIA DO ÁLCOOL, o trecho da PR- 457, compreendido entre a sede do Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí, até o entroncamento com a PR- 082, no Município de São João do Ivaí, conforme especifica.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a proposição posicionou-se pelo parecer FAVORÁVEL, por entender estar de acordo com os termos do Regimento Interno e com as atuais normas vigentes.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme lhe faculta o artigo 53 do Regimento Interno, compartilha com o en-

tendimento da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, é o nosso parecer Favorável, opinando-se pela Aprovação deste Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei n. 174/88 de sua autoria. Aprovado. Fica portanto, adiado por 3 (três) sessões o Projeto de Lei n. 174/88.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 175/88, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que denomina RODOVIA EURIDES BRANDÃO, a PR-092, trecho que liga a PR-517 a Porto Leopoldina, passando pelo Distrito de Nossa Senhora Aparecida, Município de Andirá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 61 de 16.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 175/88

PARECER:

O projeto de lei em referência, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, tem por escopo, seja denominada Rodovia Eurides Brandão, a PR-092, trecho que liga a PR-517 ao porto Leopoldina, passando pelo Distrito de Nossa Senhora Aparecida, no Município de Andirá.

Na justificativa apresentada, seu autor destaca a personalidade do homenageado, figura de destaque nos meios políticos da Região Norte pioneira, em especial, no Município de Andirá, onde exerceu o mandato de vereador por diversas legislaturas. Homem voltado aos mais carentes, colaborou decididamente para a criação de entidades assistenciais, objetivando um atendimento mais efetivo e de melhor qualidade aos menos afortunados.

Ocupou ainda, o cargo de serventuário da Justiça daquela Comarca, exercendo-o com dignidade e respeito.

Nestas condições, justo que se preste uma homenagem àquele que em vida, demonstrou seriedade e dedicação pelas causas públicas e, em especial, no campo social, servindo de exemplo para as gerações futuras.

O Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
 Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
 PROJETO DE LEI N° 175/88**

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar a Rodovia Eurides Brandão, a PR-092, trecho que liga a PR-517 ao Porto Leopoldina, passando pelo Distrito de Nossa Senhora Aparecida, no Município de Andirá.

Eurides Brandão, paulista de nascimento, foi um dos pioneiros da região Norte do Paraná, que através do seu trabalho muito contribuiu para o desenvolvimento de Andirá, inclusive tendo participado da vida pública daquele Município como Vereador em diversos períodos Legislativos, inclusive como Presidente da Câmara. Incansável foi na sua luta pela criação de diversas Entidades Sociais, para dar atendimento aos mais necessitados. Foi serventário da Justiça na Comarca de Andirá, no período de 1949 a 1969, ocasião de seu falecimento.

Assim sendo dada a inexistência de óbices que possam vir a prejudicar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Colenda Casa, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.88.

(a) ACYR MEZZADRI
 Presidente
ANTÔNIO BÁRBARA
 Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 59/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina de CENTRO PROFESSORA MARIA NICOLAS, a Sala da Memória Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 52 de 06.06.88).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 59/88**

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, o Projeto em apreciação tem por escopo, denominar de Centro Maria Nicolas de Memória Legislativa, a Sala da Memória Legislativa.

Lowamos a felicidade da iniciativa do nobre Deputado autor do proposto, pois conhecemos da vida e obra de Maria Nicolas, e nada mais justo que perpetuar nesta Casa de Leis, a memória dessa ilustre personalidade que dedicou-se à preservação da memória do Poder Legislativo.

Entende esta Comissão ser de fundamen-

tal importância acrescentar à justificativa do Deputado Antônio Annibelli, dados sobre uma faceta pouco conhecida de Maria Nicolas, tal seja, a sua vida de artista plástica, tendo se destacado como a única artista do nosso Estado, no estilo primitivista.

Algumas das suas criações a óleo demonstram a simplicidade com que viveu e morreu essa que podemos considerar figura das mais expressivas no cenário cultural do nosso Estado.

À vista da justificativa e pelo mérito do presente Plano, somos pela Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
 Presidente
LAURO LOBO ALCANTARA
 Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 60/80 (Mensagem n. 68/88 ex-Proposição n. 50/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio SINE/Mtb 22.41/85, celebrado em 18.09.85, entre o Estado do Paraná e a Secretária de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando a implementação do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no Estado do Paraná. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 61/88 (Mensagem n. 69/88, ex-Proposição n. 69/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Termo de re-Ratificação de 05.11.86, do Convênio SINE/Mtb 22.14/86, celebrado em 03.02.86, entre o Estado do Paraná e a Secretária de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, bem como do Termo Aditivo n° 01/86, datado de 30.12.86, ao mesmo Convênio, que objetiva a cooperação técnica, administrativa e financeira para assegurar o fortalecimento do SINE no Estado. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 62/88 (Mensagem n. 58/88 ex-Proposição n. 61/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrados em 14.12.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 63/88 (Mensagem n. 48/88 ex-Proposição n. 56/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por

anuidade, que aprova Convênio nº 0150/87, celebrado em 03.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e a Secretaria Especial do Meio-Ambiente - SENA, objetivando a elaboração de uma proposta de estratégia de planejamento e gestão de áreas de Proteção Ambiental. **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de nº 366, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 367, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 369, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 370, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 372, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 373, de autoria do Dep. Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 374, de autoria do Deputado Paulino José Delasari, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 376, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 377, de autoria do Dep. Rafael Greca, com apoio do Sr. Dep. Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 378, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 380, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 282, de autoria do Deputado Basílio Zamusso, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 368, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. - **Em discussão.**

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de nº 328, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

Requerimento de nº 183, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência requeir a chamada nominal?

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro chamada nominal, se possível.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É possível, Deputado.

Nós vamos proceder à chamada nominal em atenção ao requerimento de Vossa Excelência, que merece todo o respeito desta Presidência.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Rafael Greca) - Procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Rafael Greca) - Termina a chamada nominal.

Quatorze Senhores Deputados presentes, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quatorze Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há "quórum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia anunciada anteriormente.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária para logo após, com a Ordem do Dia também anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.